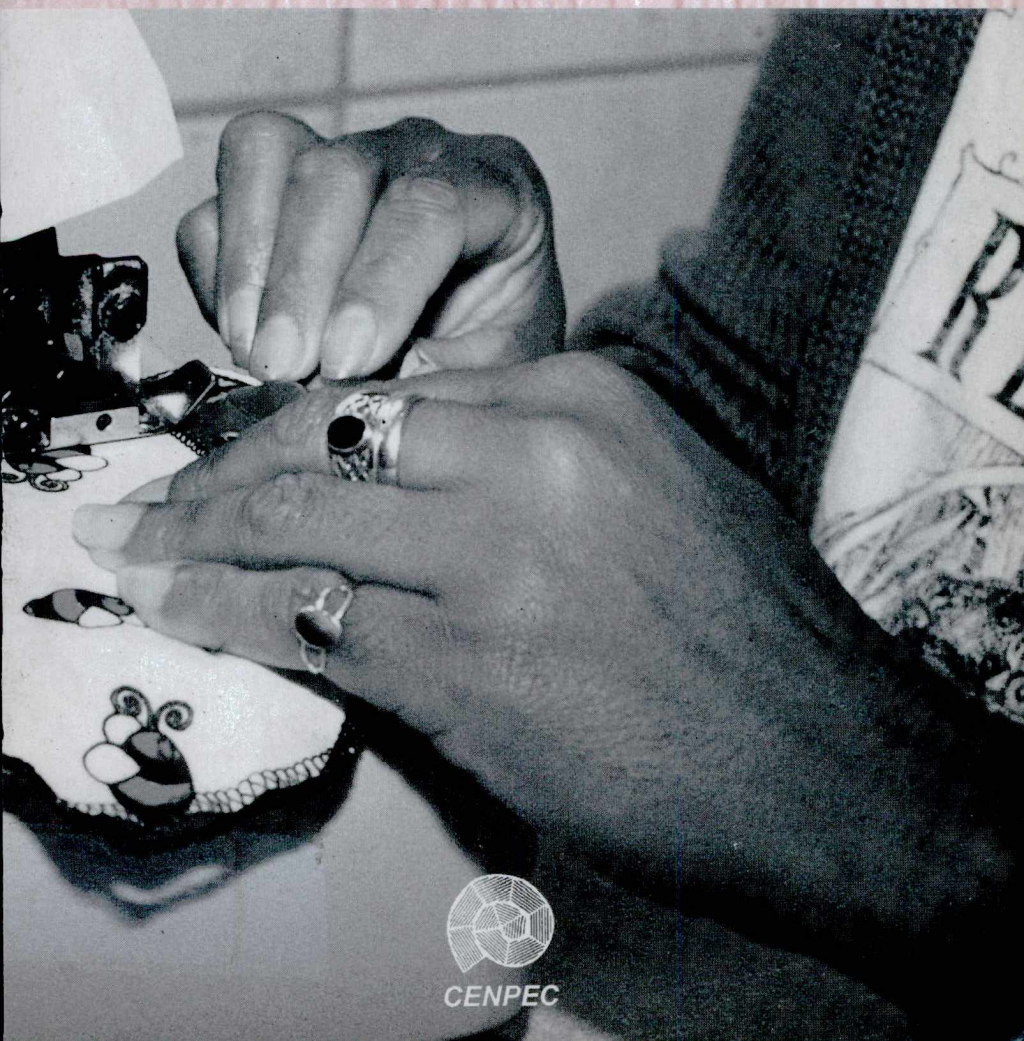


COSTURANDO O FUTURO

COOPEC

Cooperativa de Costureiras
Uma experiência de organização



CENPEC

COSTURANDO O FUTURO

COOPEC

*Cooperativa de Costureiras
do Jardim Horizonte Azul*

Uma experiência de organização

Agradecimentos especiais à Natura
pelo apoio dado, permitindo viabilizar a Coopec.

SÃO PAULO
janeiro de 1999

Copyright © 1999 by Cenpec

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem a prévia autorização da instituição.

Esta publicação foi produzida pela equipe do "Projeto Ação Comunitária e Cidadania" do Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

Direção/Presidência: Maria Alice Setubal
Coordenação geral: Og Roberto Dória
Coordenação do projeto: Pedro Jacobi
Equipe técnica: Joana Coutinho e Roseni Reigota
Consultor: Marcos Barreto

Edição: Joana Coutinho
Fotos: Joana Coutinho (págs. 8 e 46) e Douglas Mansur (demais fotos)
Projeto gráfico/ editoração eletrônica: Carlos Thadeu C. de Oliveira
Tiragem: 2000 exemplares
Impressão e fotolitos: A&C Fotolito e Impressão

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costurando o Futuro: Coopec - Cooperativa de Costureiras: uma experiência de organização/(organização Joana Coutinho; apresentação Maria Alice Setubal). - São Paulo: Cenpec, 1999. 52p.

Vários autores.

1. Cooperativismo 2. Costureiras - São Paulo (SP) 3. Participação social 4. Sociedades cooperativas - São Paulo (SP)
- I. Coutinho, Joana.

99-0200

CDD - 334.68164620981611

Índices para catálogo sistemático

1. Cooperativas de costureiras: São Paulo: Cidade: Economia 334.68164620981611
2. Costureiras: Cooperativas: São Paulo: Cidade: Economia 334.68164620981611
3. São Paulo: Cidade: Cooperativas de costureiras: Economia 334.68164620981611

COOPEC - Cooperativa de Costureiras do Jd. Horizonte Azul
Av. São Paulo, 22 - Jd. Horizonte Azul - 04963-130
São Paulo/SP - Brasil - Tel.: (5511) 5517-2284

Direitos reservados à

Cenpec - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

Al. Gabriel Monteiro da Silva, 2045 - Jd. América - 01441-001
São Paulo/SP - Brasil - Tel.: (5511) 3068-9871 - Fax: (5511) 3068-9874
Internet: info@cenpec.org.br - http://www.cenpec.org.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil 1999

Responsório

Santo António,
procurai para mim a carteira perdida,
vós que estais desafadado,
gozando junto de Deus a recompensa dos justos.
Estão nela a paga do meu trabalho por um mês,
documentos e um retrato
onde apareço cansada, com uma cara
que ninguém olhará mais de uma vez
a não ser vós, que já em vida
vos apiedáveis dos tormentos humanos:
sumiu a agulha da bordadeira,
sumiu o namorado,
o navio no alto-mar,
sumiu o dinheiro no ar.
Tenho que comprar coisas, pagar contas,
dívidas de existir neste planeta convulso.
Prometo-vos uma vela de cera,
um terço do meu salário
e outro que rezarei
para entoar vossos louvores,
ó Martelo dos Hereges,
cuja língua restou fresca
entre vossos ossos, intacta.(...)

Adélia Prado, O Pelicano

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO.....	5
<i>Maria Alice Setubal</i>	

REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA

O LOCAL, OS ATORES E AS PARCERIAS.....	9
<i>Joana Coutinho e Roseni Reigota</i>	

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO

UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO.....	19
<i>Equipe Cenpec</i>	

COOPERATIVAS: PARCERIAS POSSÍVEIS PARA A NATURA.....	21
<i>Isabel Ferreira</i>	

ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITALISMO COMPETITIVO.....	23
<i>Paul Singer</i>	

UMA ALTERNATIVA SOLIDÁRIA.....	25
<i>Aloizio Mercadante</i>	

EMPREGO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO.....	29
<i>Marcos Barreto</i>	

TRANSFORMANDO O COTIDIANO

PORQUE PARTICIPAR É IMPORTANTE.....	35
<i>Pedro Jacobi</i>	

COOPEC: UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO.....	37
<i>Joana Coutinho e Roseni Reigota</i>	

COOPERATIVA: DEMOCRATIZANDO O LOCAL DE TRABALHO.....	43
<i>Lúcia Toledo</i>	

SOU MAIS MULHER.....	47
<i>Joana Coutinho e Roseni Reigota</i>	

APRESENTAÇÃO

O Cenpec é um Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária que há 10 anos desenvolve ações que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino público.

Com o "Projeto Cidadania e Ação Comunitária", o Cenpec começou a desenvolver em uma comunidade na periferia de São Paulo, um conjunto de ações. O objetivo é identificar, em conjunto com a comunidade local e instituições que atuam na região, os fatores que permitem viabilizar uma atuação comunitária apoiada no conceito de inclusão. O intuito é de garantir autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade para o exercício da cidadania.

O Projeto contribui para articular as várias ações do Cenpec nas áreas de prática pedagógica, gestão escolar e ações complementares à escola, e dialogar com outras instituições que atuam no campo da inclusão social por meio dos princípios da economia solidária. Esta iniciativa vem enriquecer o trabalho da Instituição ao ampliar sua atuação no campo educacional, incorporando diretamente os processos de organização comunitária.

Assim, o "Projeto Cidadania e Ação Comunitária", cumpre um duplo papel: de educar para a cidadania e, contribuir para o fortalecimento da organização comunitária.

A assessoria para que um grupo de mulheres constituísse a Coopec- Cooperativa de Costureiras no Jardim Horizonte Azul, foi o primeiro passo. Simultaneamente, a cooperativa de trabalho começa a propiciar renda para as integrantes e funciona, também, como um espaço democrático, onde as relações (inclusive as de trabalho), são discutidas e decididas em grupo. Assim as participantes conquistaram um espaço onde têm voz e quem as escute, onde estão "costurando o futuro", como dizem.

Maria Alice Setubal
Diretora/presidente

COOPEC COOPERATIVA COSTURA



REFLETINDO SOBRE A EXPERIÊNCIA

Heráldica

Grande luxo é ser pobre por escolha,
tentação de ser Deus que nada tem,
orgulho incomensurável.
Por causa disto sou advertida
de que muitos me precederão no Reino,
os ladrões, os maus poetas
e pior, os bajuladores que os louvam.
Sofro pelo pensamento
de que no palácio devem ficar os reis
e na fábrica os operários, nos armazéns de cereais.
Que dura sentença espera
aos que, como eu,
ofusca uma lucidez tão grande!
Sei quando um verso é mau,
quando não vem desgarrado
da margem ignota da alma.
O que me possui é orgulho,
ou alegria – que não reconheço –
travestida de andrajos?
Só posso dizer que é amor
esta fadiga de catar as pérolas,
descobrir nos brasões a milenar linhagem.
Ninguém sabe o que diz quando fala dos pobres.

Adélia Prado, O Pelicano



O LOCAL, OS ATORES E AS PARCERIAS

*Joana Coutinho e Roseni Reigota**

A parceria do Cenpec com a comunidade

O “Projeto Cidadania e Ação Comunitária” se iniciou em março de 1997 com a perspectiva de desenvolver, em conjunto com a comunidade, um trabalho, de combate à pobreza, visando a melhoria da qualidade de vida.

A idéia principal que norteia este projeto é, a participação dos seus membros nas decisões, a valorização da fala e elaboração do discurso como expressão do grupo. Dar voz e vez àqueles que vivem, diretamente, a situação de exclusão e não simplesmente falar “em nome de”.

Neste sentido, é que ao iniciar este trabalho, tivemos contatos com representantes da Comunidade local, com ONGs que atuam na região como a ACOMA, ARCO, Instituto Cardenal Rossi, Associações de Moradores, que entre outras questões, apontaram a formação de cooperativas como uma alternativa de enfrentamento ao desemprego.

Não por acaso, já que a crise de desemprego aumentou o número de pessoas no mercado informal de trabalho. O que corroborou a nossa intuição inicial, de formação de cooperativas naquela região como forma de organização.

É óbvio que este trabalho só foi possível porque encontramos nesta região, mulheres trabalhadoras dispostas a enfrentarem esse grande desafio. Gente que não se desanima e nem se desespera em meio há tantas agruras da vida. Dedicaram tempo, energia, esperanças neste projeto para que ele pudesse se concretizar.

Foi assim, então, que nasceu a Coopec-Cooperativa de Costureiras do Jardim Horizonte Azul, formada por algumas profissionais do ramo e outras com o desejo de aprenderem uma profissão.

O processo de constituição do grupo foi árduo, como todo trabalho comunitário. Porque envolveu pessoas, esperanças,

* Joana Coutinho, socióloga e Roseni Reigota assistente social, pesquisadoras do Cenpec.

ansiedades... E neste caso, acrescenta-se o fato de que para a maioria dessas mulheres, era a primeira vez que vivenciavam uma experiência de participação; e como se não bastasse, participar de trabalho coletivo.

Após muitas reuniões, saídas e adesões o grupo de cooperativadas foi constituído por 22 mulheres dispostas a produzirem conjuntamente e a vivenciarem relações de trabalho diferentes das convencionalmente conhecidas.

Passamos por um processo exaustivo de discussão do estatuto da cooperativa, eleição da diretoria e organização interna para a produção.

Os principais problemas que se apresentam na formação de um grupo que se propõe a uma forma de produção coletiva são: a) falta do capital inicial e; b) escoamento do produto final. "Para produzir, qualquer um precisa de ferramentas, equipamentos, estoque de bens a serem processados ou prontos para serem vendidos e dinheiro para se sustentar até que o trabalho renda o suficiente para prover o sustento do trabalhador e de seus dependentes" (Singer, 1998:126).

Assim sendo, partimos em busca de parcerias com Empresas privadas que pudessem dar esta sustentação inicial ao projeto e contamos com a Natura Cosméticos que disponibilizou os recursos para a compra de equipamentos e aluguel do espaço para iniciar os trabalhos¹.

É importante salientar que a Natura tem colaborado disponibilizando, também, profissionais da área de administração, que têm assessorado a cooperativa na sua estrutura operacional, capacitando melhor o grupo.

Conhecendo o local

Jardim Horizonte Azul, Jardim Capela, Vera Cruz, Vila do Sol, Jardim Bandeirantes, são alguns dos muitos bairros que compõem o distrito do Jardim Ângela. Este distrito localiza-se a aproximadamente 40 km do centro da cidade e o transporte coletivo demora quase 3 horas até a "cidade", como dizem os próprios moradores.

¹ Esse capital inicial, foi fundamental para a estruturação da cooperativa num curto espaço de tempo. O fato de poder comprar as máquinas e iniciar os treinamentos, foi de grande incentivo para elas, não obstante estarem dispostas a elaborar o estatuto e entrarem com pedido de financiamento no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), um processo sabidamente um pouco mais demorado.

O Jardim Ângela tem ocupado constantemente as manchetes de jornais da cidade pelo quadro de violência e exclusão social, e é marcado pela ausência de serviços públicos voltados aos seus moradores. Há falta de ônibus, policiamento, escola, água, luz, posto de saúde e emprego para a população (*Estado de S. Paulo*, 30/08/98).

Para os jovens não há opções de lazer e o trabalho e a escola ficam tão distantes que são poucos os que conseguem, com o orçamento familiar tão apertado, bancar os gastos com transporte e continuarem a estudar.

O distrito do Jardim Ângela é considerado o mais carente do município. Segundo o *Censo de 1991*, 49,53% dos chefes de domicílio, recebem até 3 salários mínimos; 83,50% dos chefes não completaram o 1º Grau; a taxa de mortalidade infantil é de 41,21%, tudo isso, ou também por causa disso, o índice de violência na região é uma das mais altas da cidade de São Paulo. (*Mapa da Exclusão/Inclusão*, 1996).

É claro que esta situação de carências como a que se encontra no distrito do Jardim Ângela e, por conseguinte, o Jardim Horizonte Azul, não é uma exceção a situação geral dos brasileiros empobrecidos. Segundo o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil (1996), estima-se que existam no país 42 milhões de pobres, o que corresponde a 30% do total da população brasileira.

São Paulo, o estado mais rico da União, apesar da proporção deste segmento social ser a segunda mais baixa do país, apresenta o maior número absoluto de pobres, 5,1 milhões.

A concentração de rendimentos para o distrito do Jardim Ângela está na faixa de até 3 salários mínimos (49,53%), sendo que 27,32% recebem de 1 a 02 salários mínimos; 80% de seus chefes de domicílio não completaram o 1º Grau.

Os serviços públicos oferecidos para os moradores desta região está marcado pela falta: para os seus 178.373 mil habitantes existem apenas 6 postos de atendimento do PAS, um hospital particular e dois equipamentos de atendimento ambulatorial do Estado. (IBGE, 1991).

Três destes postos encontram-se localizados nos bairros, onde se desenvolve este projeto. Porém, nem sempre são procurados pela população devido à dificuldade de acesso e à falta de profissionais entre tantas outras carências.

Na educação o quadro não é diferente: existem somente 7 EMEIs para uma demanda de 9.073 crianças de 5 a 6 anos (IBGE, 1991) o que pode ser comprovado com os dados do

Mapa da Exclusão/Inclusão Social que aponta um saldo negativo de 4.591² vagas. Há apenas 3 escolas públicas de 1º Grau (todas estaduais), insuficientes ao atendimento da demanda local. Os alunos são obrigados a se deslocarem para bairros distantes, e além das horas gastas no percurso, arcam com uma despesa elevada com transporte. Segundo os moradores da região esta é a principal causa da evasão escolar.

Os dados do Mapa da Exclusão/Inclusão Social mostram que o risco de sobrevivência infanto-juvenil no distrito do Jardim Ângela está entre 40 e 50%. Esse dado é composto pelos seguintes itens: 1) chefes de domicílios com renda insuficiente (somatória dos chefes com até 1 ½ salário mínimo; 2) domicílios com água inadequada (somatória dos domicílios com canalização externa, poço ou nascente e outra forma de canalização inadequada de água e 3) número de domicílios com chefes não alfabetizados.

Pesquisa realizada nos Bairros Jardim Horizonte Azul, Chácara Bandeirantes e Jardim Vera, como parte do trabalho, desenvolvido pelo Cenpec, envolvendo jovens e algumas instituições como a ACOMA, ARCO e a Escola Amélia Kerr, reforça estes dados.

Foram aplicados 406 questionários, com o objetivo de que a própria comunidade (foram os jovens moradores que aplicaram) expressasse o seu ponto de vista em relação aos problemas dos bairros e pudesse apontar (na sua opinião) quais as soluções. Os resultados desta pesquisa estão na publicação "Jovens, Cidadania e Meio Ambiente". Apresentamos, aqui, uma parte destes resultados.

A tabela I mostra alguns dos serviços públicos existentes nos três bairros pesquisados, e como estão distribuídos. Pode ser observado que em geral não existem grandes diferenças. Além da inexistência de rede de esgoto, a coleta de lixo revela-se insuficiente para pelo menos 25% dos entrevistados. É preciso atentar para o fato de que, embora a maioria declare ter abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, há um número considerável dessas moradias que estes serviços são feitos de maneira precária. É o que os moradores chamam de "gambiarra"³.

² O distrito do Jd. Ângela apresenta atendimento para esta faixa etária apenas na rede pública, 4.482 vagas (Mapa da Exclusão/Inclusão Social, 1996).

³ É comum na região o encanamento, da água, feito pelos próprios moradores, de um cano da Sabesp mais próximo. É sabido de todos, também o fornecimento da energia elétrica, feito direto de um poste qualquer. O Estado não tem o menor controle sobre isso.



Tabela I

Serviços existentes no bairro (em %)			
	Chác. Bandeirantes	Jd. Horizonte Azul	Jd. Vera Cruz
Rede de água	54,1	97,4	87,5
Poço	44,9	5,2	9,9
Coleta de lixo	66,3	75,0	85,9
Rede de esgoto	-	-	-
Fossa	92,9	99,1	91,7
Luz	94,9	100,0	96,7

A tabela II mostra os dados por sexo, idade e escolaridade distribuídos por bairro, o que reforça o que já foi dito acima em relação à renda. A maioria não tem o segundo grau completo; a baixa renda está relacionada com a baixa escolaridade também.

Tabela II

Universo dos entrevistados por sexo, idade e escolaridade (em %)										
Bairro	N.º de entrevist.	Sexo (em %)		Idade (em %)				Escolarid. (em %)		
		hom.	mulh.	< 15	15 a 25	25 a 40	> 40	< 4ª	5ª a 8ª	> 8ª
Chác.										
Bandeirantes	98	42,9	57,1	17,3	34,7	33,7	14,3	33,7	44,9	21,4
Jd. Hor. Azul	116	31,9	68,1	4,3	27,6	44,8	23,3	39,7	34,5	25,9
Jd. Vera Cruz	192	34,4	65,6	17,2	32,8	29,2	20,8	28,1	43,8	28,1
TOTAL	406	145	261	55	129	141	81	133	168	105

Na tabela III apresentamos um retrato sobre a origem dos moradores entrevistados, o seu tempo de moradia na cidade e no bairro. É interessante observar que a maioria dos moradores dos três bairros estão em média há 17 anos na cidade e 8 anos nos bairros, o que demonstra que não são bairros formados por migrantes recém chegados, mas ao contrário, são famílias que compraram seus terrenos, construíram casas em bairros mais precários de infra-estrutura "fugindo" do aluguel.



Tabela III

Bairro	Residência atual				
	Residência anterior (em %)			Anos em	Anos no
	outro bairro	outra cidade	outro Estado	São Paulo (média)	bairro (média)
Chác. Bandeirantes	80,2	2,2	17,6	16,18	6,66
Jd. Horizonte Azul	85,5	5,5	9,1	17,38	8,01
Jd. Vera Cruz	77,8	6,3	15,8	16,67	9,12
TOTAL	290	18	51	16,75	8,20

Consultados sobre quem deve resolver os problemas a maioria responde que é o governo (56,4%), enquanto 26,8% respondem que é a comunidade e 23,8% que são as pessoas individualmente. Estes dados que estão na tabela IV não representam uma novidade; já que é do governo que depende a existência de infra-estrutura.

Tabela IV

Quem deve resolver os problemas (em %)	
Governo	56,4
Comunidade	26,8
As pessoas	23,8
Outros	5,7
TOTAL	367

Formas de participação

É curioso notar que embora a maioria aponte a resolução dos problemas apontados por eles, como de responsabilidade em primeiro lugar do poder público e, segundo lugar da comunidade, o que pressupõe um alto grau de organização, a maioria dos entrevistados declararam não participar de organizações comunitárias.

A tabela V mostra onde participam, aqueles que declararam fazê-lo: a) jovens entre 15 e 25 anos, em Grupo de Jovens e Associações de Moradores; e b) adultos com mais de 25 anos em Associações de Moradores. Poucos participam de Conselhos, de Clubes de Mães e de Movimentos.



Tabela V

Formas de participação em organizações comunitárias				
	Faixas de idade			
	< 15 anos	15 a 25 anos	25 a 40 anos	> 40 anos
Não participa	61,8	79,5	85,7	81,0
Ass. moradores	9,1	5,5	8,6	11,4
Clube de mães	-	0,8	-	-
Movimentos	-	-	0,7	-
Conselhos	3,6	-	-	1,3
Grupo de jovens	23,6	12,6	-	-
Outros	1,8	1,6	5,0	6,3
TOTAL	100,0 (55)	100,0 (127)	100,0 (140)	100,0 (79)

Podemos observar, através destes dados apresentados de forma breve, as condições gerais de vida da população moradora. Embora ela não se diferencie muito das condições de vida de qualquer periferia, aqui se agrava por se tratar de uma área de mananciais, o que aumenta as "ausências" de serviços públicos. Acoplado a isso, está a grande distância que os trabalhadores desta região têm que percorrer diariamente para o local de trabalho (quando há trabalho).

Bibliografia

- SINGER, Paul.(1998). Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo. Contexto.
- SPOSATI, Aldaíza.(1996). Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. Educ/PUC-SP.

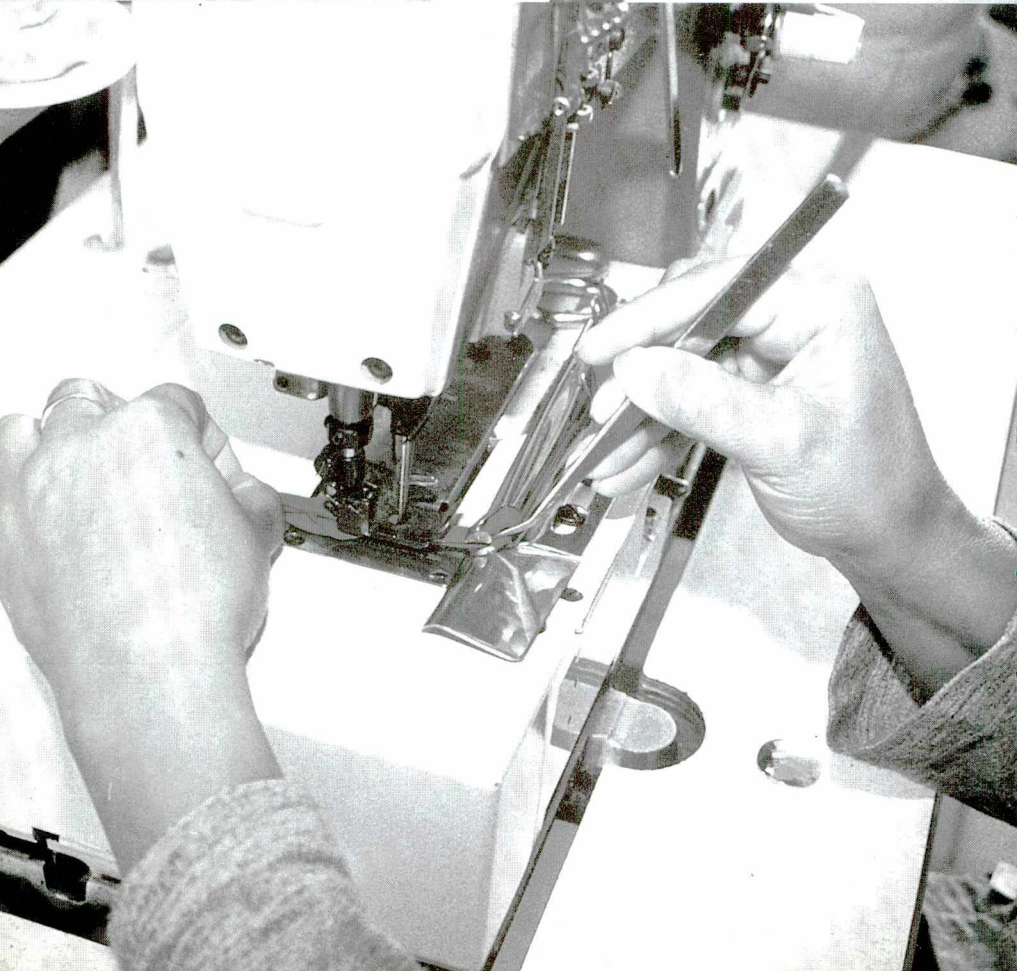
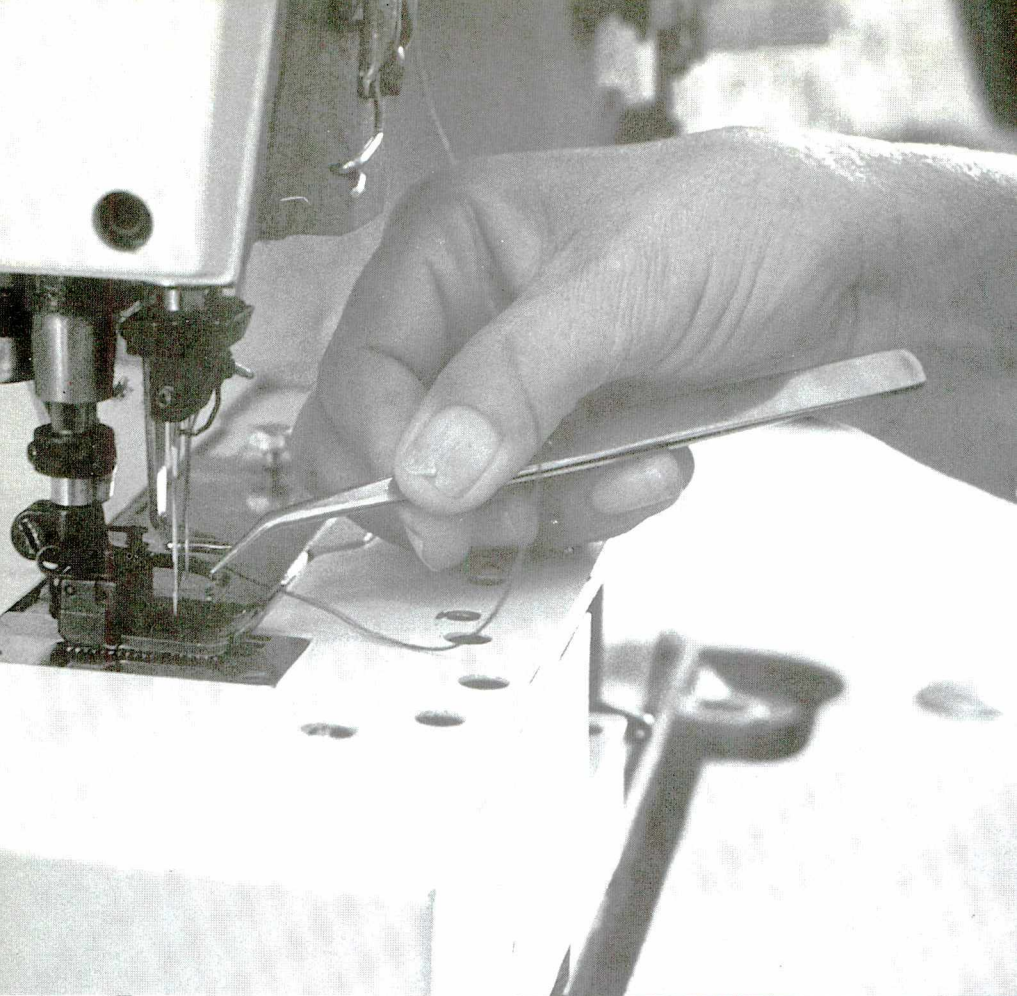




ECONOMIA SOLIDÁRIA UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO

Nós pedimos com insistência:
Não digam nunca: isso é natural!
Diante dos Acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão.
Em que corre o sangue,
Em que se ordena a desordem,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza,
Não digam nunca: isso é natural!

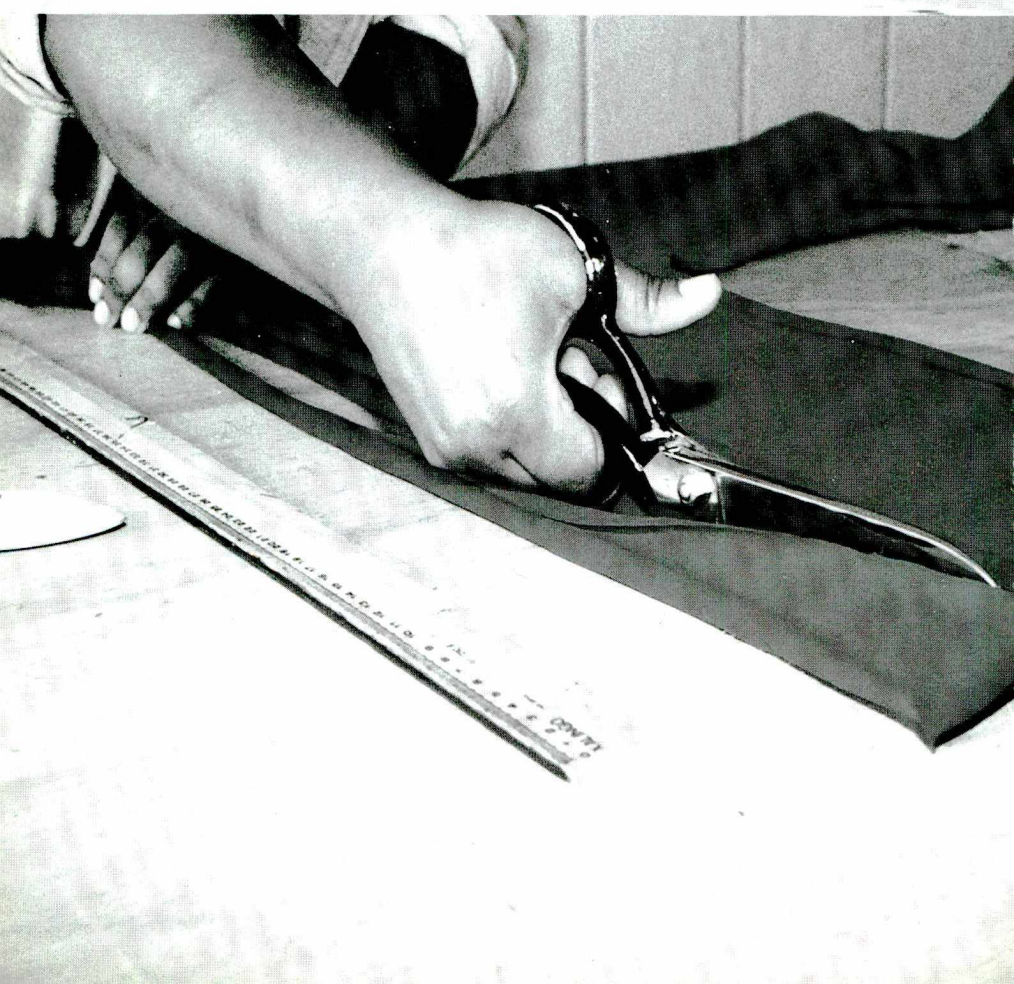
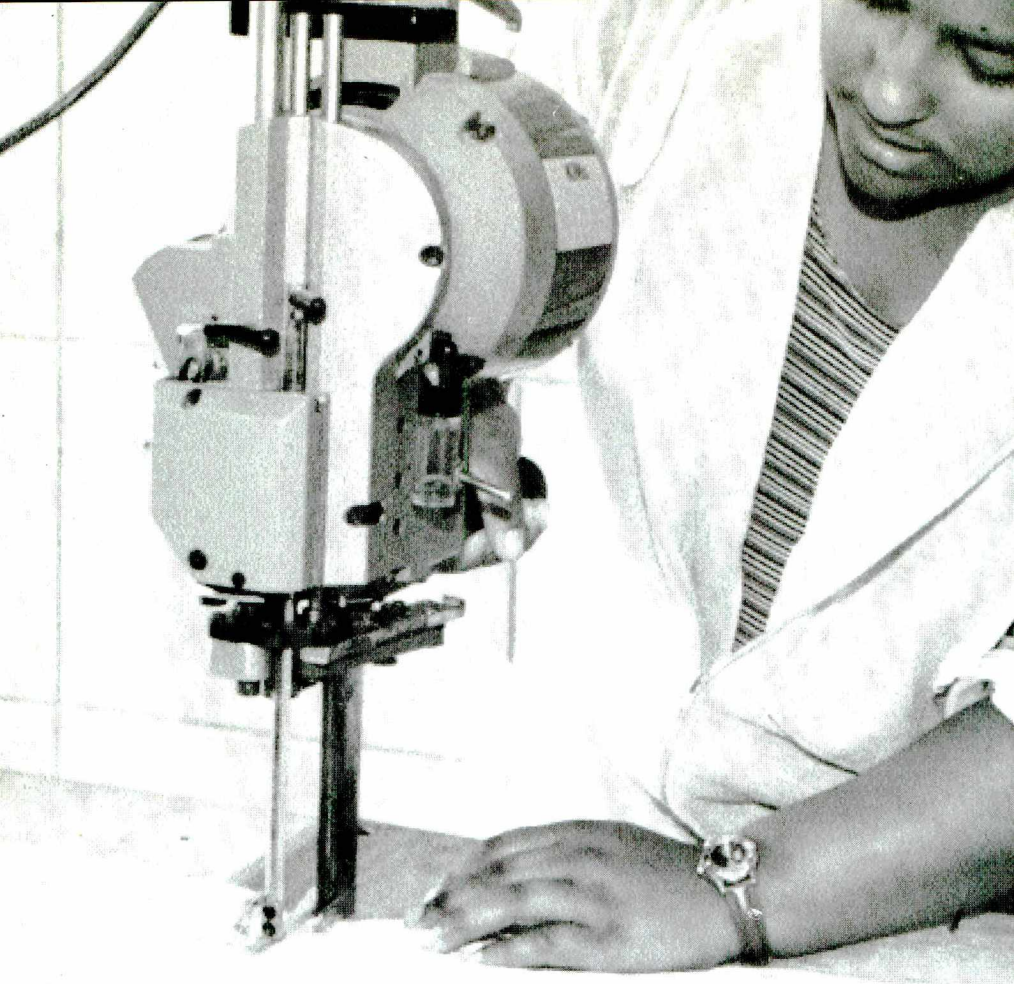
Bertold Brecht



TRANSFORMANDO O COTIDIANO

(...)Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.
Que tudo que é considerado habitual
 Provoque inquietação.
Na regra, descubram o abuso.
E sempre que o abuso for
encontrado, Encontrem o
 remédio(...).

Bertold Brecht



COOPERATIVAS: PARCERIAS POSSÍVEIS PARA A NATURA

Isabel Ferreira*

Desde sua criação, a identidade da Natura está fortemente apoiada na integração entre suas crenças e iniciativas empresariais. Cada e qualquer ação é expressão dessa identidade, seja na criação de seus produtos, na relação com seus colaboradores, consultoras e consumidores.

A Ação Social Natura, neste sentido, é desenvolvida tendo como referência elementos que valorizem a relação, considerando a inovação, a autonomia, a diversidade de conhecimentos e a mobilização, como elementos fundamentais na efetivação de uma mudança social.

O projeto Cooperativa de Costureiras, veio ao encontro de nossas crenças e formas de atuação, uma vez que o trabalho cooperativado assenta-se no princípio da solidariedade, da transparência e da participação. Ao mesmo tempo que leva ao aperfeiçoamento profissional e à organização de um trabalho gerador de renda, valoriza as relações e a força da mobilização por um objetivo comum.

A Natura acredita que a clara definição do papel e a atuação compartilhada de cada setor - sociedade civil, governo e empresas - é fundamental para o aperfeiçoamento da sociedade. Sendo assim, a parceria estabelecida entre Natura, Cenpec e Cooperativa, constitui-se em um importante exercício de responsabilidade compartilhada na construção de um projeto coletivo.

O Projeto Cooperativa de Costureiras traz para a Natura a oportunidade de colocar em prática uma ação que favorece a qualidade do processo de construção e o resultado do projeto, pois tem como referência:

- o estabelecimento de uma parceria, onde se compartilha o desenvolvimento de um projeto social de qualidade, enriquecido pela diversidade de experiências e perspectivas;

* Coordenadora de projetos do Departamento Ação Social da Natura.



• *a criação de canais de comunicação*, que promovem a troca de informações e abrem um espaço democrático de participação na construção coletiva;

• *a constituição de canais de participação*, que identificam e organizam, dentro da empresa e fora dela, formas de atuação social que favoreçam o envolvimento de seus colaboradores, fornecedores, consultoras e comunidade;

• *a valorização da estrutura da empresa*, potencializando sua estrutura a serviço dos projetos sociais dirigidos à comunidade.

Segundo palavras do presidente executivo da Natura, Guilherme Peirão Leal, "as empresas podem ser, de fato, agentes de transformação social muito importantes, especialmente se tiverem a percepção de que há inúmeras oportunidades de interagir e ajudar a comunidade na qual estão inseridas, não com uma atitude paternalista ou achando que têm a solução para tudo, mas trocando competência e aprendendo com o outro".



ECONOMIA SOLIDÁRIA E CAPITALISMO COMPETITIVO

Paul Singer*

O capitalismo, nos dias que correm, torna-se cada vez mais centralizado e mais competitivo. Os mercados nacionais se abrem aos poucos, formando gradativamente vastos mercados regionais integrados, que tendem a se integrar por sua vez. Por outro lado, para explorar os ganhos de escala e de escopo, que estes mercados cada vez mais extensos proporcionam, as maiores empresas adquirem outras ou se fundem entre si. Surgem desta maneira multiempresas globais gigantescas, cuja concorrência domina os mercados e expulsa deles as empresas menores que não logram se abrigar em alguma rede, centralizada por uma ou outra gigante.

Este processo é claramente visível no Brasil, onde a abertura do mercado interno se deu apenas no início da presente década. A concorrência das importações, sobretudo da Ásia, impôs o fechamento de grande número de indústrias brasileiras enquanto outro tanto das nossas maiores empresas foram adquiridas por multinacionais. A contrapartida disso tudo tem sido o desemprego em massa. Milhões de trabalhadores, incapazes de encontrar colocações nas empresas capitalistas, tentam ganhar a vida em pequenos negócios ou com trabalhos por conta própria. Mas, os ramos em que não há ganhos de escala e de escopo e em que é competitiva a pequena produção são poucos e estão inundados por excesso de vendedores. Ao lado dos desempregados 'abertos' [que só procuram emprego], multiplicam-se os 'disfarçados' [que tentam vender alguma coisa mas não conseguem].

Enquanto não for eleito um novo governo, que priorize a criação de postos de trabalho, as vítimas deste processo têm

* Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, autor de vários livros dentre os quais, *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, editora Contexto, 1998.



que achar saídas ajudando-se mutuamente. Em vez de competir em mercados saturados, os excluídos têm de se organizar em empresas solidárias - cooperativas ou associações - para penetrar nos mercados em que atuam as grandes empresas capitalistas. Isso pode parecer muita pretensão, mas não é. Dezenas de empresas médias e grandes que iam falir foram assumidas por seus trabalhadores e continuam operando. A solidariedade dos sindicatos, que possibilitaram a transferência, e dos trabalhadores entre si mostrou ser uma vantagem importante, que compensa a falta de experiência gerencial e de capital das firmas auto-geridas.

Novas cooperativas estão sendo criadas por todo o Brasil, inclusive algumas de serviços. O novo cooperativismo está sendo alentado por grupos como o NAPES¹ e Cenpec, que apoiam e ajudam cooperativas que precisam se unir para se fortalecer e progredir, e as incubadoras de cooperativas populares, que surgiram primeiro nas universidades federais do Rio de Janeiro e do Ceará e que agora vão se espalhar por todos os estados. Sem falar do MST, que organiza cooperativas de produção agro-industrial nos assentamentos de reforma agrária, reinserindo mais de cem mil famílias na produção social. Onde o capitalismo oligopólico competitivo exclui, a economia solidária, sob as formas mais diversas, reintegra. E de modo superior, em empresas democráticas em que todos têm os mesmos direitos e ganham o mesmo quinhão das sobras.

¹ Napes - Núcleo de Apoio a Economia de Solidariedade.

UMA ALTERNATIVA SOLIDÁRIA*

Aloizio Mercadante**

Tenho insistido em meus artigos sobre a necessidade de construirmos um projeto alternativo de desenvolvimento econômico sustentável e solidário, que se contraponha globalmente ao modelo neoliberal disseminado nas economias contemporâneas.

A agenda neoliberal acompanhada pelo novo padrão científico e tecnológico promove uma reestruturação produtiva que desorganiza o mundo do trabalho, fragiliza formas tradicionais de produção e estabelece um verdadeiro "apartheid" social no interior de cada país. O neoliberalismo pretende reorganizar a nação pelas forças de mercado e reformar o Estado em uma perspectiva minimalista. O mercado promove a concorrência e a eficiência econômica, mas concentra renda, riqueza e poder, amplia as desigualdades e, sem o poder regulatório e a intervenção estratégica do Estado, promove um processo darwiniano de relações sociais. Esta não é uma reflexão teórica e abstrata. O resultado da agenda neoliberalista do período Collor-FHC está por toda parte.

A construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, socialmente solidário e integrador terá que eleger o direito ao trabalho e a constituição de um amplo mercado de consumo de massas e serviços públicos essenciais como objetivos estratégicos.

Temos cerca de 40% da população abaixo da linha de pobreza absoluta. Com o perfil atual de concentração de renda, erradicar a pobreza exigiria uma taxa de crescimento econômico de 7% do PIB ao ano, por um período não inferior a 20 anos. Isto é, um caminho muito lento para esse cenário de deterioração social crescente.

O Brasil precisa de um choque de distribuição de renda.

* Artigo publicado na *Folha de S. Paulo* em 05/04/98, gentilmente cedido pelo autor para esta publicação.

** Economista, professor da Unicamp e PUC/SP e eleito deputado federal em 1998.



A diferença entre os 40% mais pobres, que se apropriam de 7% da renda nacional, e os 10% mais ricos, que detêm 50,6% do produto nacional, é de 28,9 vezes. No caso da Holanda, os 40% mais pobres se apropriam de 22,4% da renda nacional, e os 10% mais ricos, de 21,5%, com uma diferença média de apenas 3,8 vezes. Em outras palavras, existem mesmo no interior do capitalismo sociedades com maior equidade na distribuição da renda mantêm um dos padrões mais perversos do planeta.

A mudança no perfil da distribuição de renda exige um crescimento econômico acelerado, com novos mecanismos de distribuição de renda e uma nova estrutura produtiva. O país precisa aumentar sua capacidade de poupança e investimentos e canalizar seu potencial produtivo para aumentar a oferta de bens de consumo popular e serviços públicos essenciais. A fase inicial dos planos de estabilização revelam o potencial fantásticos de crescimento que podemos construir com o acesso ao consumo dessa multidão de excluídos.

No entanto, considerando as taxas de desemprego explosivas atingidas pelo atual governo e o crescimento da população economicamente ativa, que se mantém no patamar de 1,9 milhão de jovens/ano, o país, além de crescer e distribuir renda, precisa, de uma política articulada para enfrentar a tragédia social do desempregado. Mesmo que se efetivem as reformas econômicas necessárias e que o país volte a crescer aceleradamente, não haverá saída rápida e fácil para o problema do desemprego. Nesse campo é preciso ousar, construir novos instrumentos e categorias, mas não para abdicar de definir o direito ao trabalho como dimensão fundamental de cidadania.

O estado, em todos os seus níveis, deve incentivar formas solidárias e cooperativadas de produção de mercadorias. O cooperativismo é muito difundido no campo. Cerca de 40% da produção rural passa por algum tipo de associação cooperativada, mas sua presença nos centros urbanos é bastante reduzida. Não estamos considerando aqui as "cooperativas de oportunidades" que são constituídas para terceirizar e precarizar os contratos de trabalho. Trata-se de recuperar o movimento histórico associativista e cooperativistas que se desenvolveu em vários países, como na Itália moderna, e que não prosperou no Brasil.

Há estudos recentes, como os do economista Marcos



Barreto, que indicam que são necessários cerca de R\$ 3mil para a criação de postos de trabalho em cooperativas, menos que os R\$ 15mil para a criação de empregos em pequenas empresas ou os R\$ 100mil necessários para criar empregos nas 500 maiores indústrias do país.

Incentivar a criação dessas formas de organização pressupõe uma série de medidas. Em primeiro lugar é necessário facilitar o acesso ao crédito. A experiência de quase 20 anos do Grameen Bank de Bangladesh e, recentemente, do PortoSol da prefeitura de Porto Alegre e do BNB do Governo do distrito Federal devem servir de inspiração para a constituição de instituições de crédito que permitam às pessoas de baixa renda acessar recursos financeiros. Esse crédito deve ser subsidiado e sujeito a taxas e regras diferenciadas dos demais recursos disponíveis no sistema financeiro convencional. O BNDES abriu duas novas linhas de financiamento nesta perspectiva, o "BNDES Trabalho" e o "BNDES Solidário", que poderiam abrir novas possibilidades nesse campo, mas seria necessário desburocratizar o processo, sem o que será mais um programa virtual do atual governo.

Para que possam produzir e comercializar seus serviços e mercadorias essas cooperativas devem receber, além de crédito, qualificação profissional, técnica e administrativa. Nessas organizações, todos são sócios do negócio e juntos decidem como e no que vão investir, bem como a forma e o processo de produção e gestão. Essas experiências se iniciam com pessoas que dominam seus trabalhos e conhecem a produção, mas desconhecem o gerenciamento e técnicas de administração. É, portanto, indispensável a assessoria para que possam existir e prosperar.

O SEBRAE pode ser um poderoso instrumento, que deveria ser acompanhado de convênios com universidades, ONGs e movimentos sociais para alavancar a capacidade de promover empreendedores sociais e a formação de cooperativas. Os governos municipais, com o apoio das entidades empresariais e o incentivo dos governos federal e estaduais, deveriam criar incubadoras de microempresas, de cooperativas populares, e garantir o suporte necessário para a implantação dessas associações. Todas as cidades estão com fábricas falidas, galpões vazios e assistindo o crescimento da economia informal sem estabelecer políticas alternativas que revertam esse processo.

As formas cooperativadas de produção devem se associ-



ar por ramo de atividade ou, em determinados casos, por regiões territoriais para ter solidez e melhores condições de disputar o mercado com empresas já estabelecidas. Um selo deveria ser criado para identificar mercadorias produzidas por essas formas de associação, uma campanha publicitária institucional ajudaria incentivar o consumo desses produtos. Numa economia tão carente de criar novos empregos seria possível convencer a população a consumir produtos socialmente solidários no lugar da "farra" dos importadores.



EMPREGO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO

Marcos Barreto*

O mercado de trabalho está passando por fortes transformações neste final de século, com o aumento do desemprego e das formas precárias de ocupação em substituição aos empregos formais.

Várias são as alterações sociais e econômicas que justificam estas transformações, todavia podemos destacar três principais causas. Em primeiro lugar, o processo denominado de Terceira Revolução Industrial. A utilização, na produção de mercadorias e serviços, da automação baseada na microeletrônica tem alterado o processo produtivo e expulso do emprego milhares de trabalhadores. Este processo atinge, sobretudo, as economias mais desenvolvidas, mas mesmo na periferia do capitalismo podemos perceber seus efeitos em setores econômicos mais avançados.

Um segundo elemento, não menos importante, é a crise do modelo keynesiano e/ou do *Welfare State*, que dominou as economias capitalistas centrais, desde o início dos anos 40 até meados da década de 70, e objetivou a busca do pleno emprego com a cobertura de riscos sociais através da regulação direta do estado na economia e na produção de serviços sociais.

A mudança de rota das principais economias mundiais e o avanço do neoliberalismo combinado com o processo de globalização do capital, primeiro na América do Norte e na Europa Ocidental e mais recentemente nos países da América Latina, tem custado a perda de milhares de empregos. Em comum, as transformações neoliberais podem ser traduzidas pelo tripé liberalização, privatização e desregulamentação das economias nacionais.

A estes dois elementos, já citados anteriormente, podemos acrescentar mais um quando nos deparamos com a realidade brasileira. A atual política econômica, que alia aber-

* Economista e consultor do projeto "Cidadania e Ação Comunitária", do Cenpec.



tura comercial indiscriminada com a sobrevalorização da moeda nacional, impulsionou a entrada de mercadorias importadas no país e, em contrapartida, o arrefecimento de inúmeros setores industriais.

Como consequência deste processo, alimentado por estes três eixos fundamentais, o país está enfrentando uma profunda crise de emprego e de precarização das relações de trabalho.

Este processo exige a construção de formas alternativas de geração de renda e trabalho, o desemprego não é conjuntural ou transitório. Tudo leva a crer que o emprego, como conhecemos ao longo deste século, será artigo cada vez mais raro, reservado a uma minoria de trabalhadores que ocupam cargos mais especializados e elevados na hierarquia das empresas.

Uma grande parte da classe trabalhadora só encontrará trabalho eventual, de forma subcontratada e temporária. Muitos irão buscar formas isoladas e precárias de sobrevivência, que muitas vezes beiram a mendicância.

Muito se tem escrito sobre a necessidade de reduzir a jornada de trabalho; reverter a política econômica nacional, impondo limites à abertura indiscriminada das mercadorias importadas; estimular a produção através de micro e pequenas empresas que absorvam um número maior de trabalhadores e retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho.

Mais recentemente tem surgido nesta lista de opções o estímulo e o apoio às formas cooperativadas de produção de mercadorias e serviços. Começam a aparecer nos grandes centros urbanos várias experiências de cooperativas populares e de empresas de autogestão para enfrentar a crise do desemprego. Junto com elas, toda uma rede de assessoramento.

O desafio é saber se iniciativas como estas serão capazes de sobreviver no mercado e de prosperar. Para que dêem certo, para que possam se firmar como alternativas para a geração de renda e de trabalho, elas precisam sobreviver ao mercado; ou seja, produzirem mercadorias e serviços com qualidade e competitividade. Caso contrário, não passarão de iniciativas pontuais e marginais ao sistema. Desta forma tendem a sumir e não a se constituírem como alternativas.

As transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro podem ser verificadas pelas mudanças ocorridas na

força de trabalho ocupada. Na década de 90, o emprego formal tem perdido espaço para o emprego informal e autônomo. Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo, realizada pela SEADE e pelo DIEESE indicam que no período de 1990 a 1994 a evolução da ocupação total teve um crescimento de 7,65%. Todavia o emprego formal apresentou, no mesmo período, redução de 5,6%, enquanto o emprego privado informal aumentou 37,8% e o autônomo 20,37%.

Os recentes conflitos em São Paulo envolvendo a prefeitura e os trabalhadores do comércio ambulante, os “perueiros”, como são chamados os trabalhadores que oferecem serviço de lotação para os usuários do transporte coletivo, e os “dogueiros” que vendem em carros adaptados sanduíches nas ruas, revelam o crescimento da atividade informal e o despreparo do poder público em lidar com esta nova realidade.

O crescimento deste tipo de atividade está intimamente ligado à construção de alternativas de trabalho. Para uma parcela cada vez maior da população brasileira é cada vez mais distante a possibilidade de encontrar um emprego formal com carteira de trabalho assinada. Resta a procura por outras formas de ocupação.

Mesmo que a atual política econômica seja revista, que a abertura comercial encontre limites, é difícil acreditar que possamos enfrentar o problema do desemprego e da precarização do mercado de trabalho com a retórica neoliberal de liberdade total ao mercado. É preciso pensar numa alternativa mais radical, que coloque o emprego como dimensão fundamental da cidadania e que fomente um amplo mercado de consumo popular e de massa.

Para utilizar um termo que tem aparecido recentemente como alternativa ao individualismo e ao poder imperial do mercado, é preciso pensar numa *economia solidária*. Trata-se de estimular, apoiar e dar apoio a iniciativas de cunho coletivo e popular para a produção de mercadorias e serviços. Muitas destas experiências passam pelo sistema de auto gestão de empresas e pela constituição de cooperativas urbanas.

É verdade que nos últimos anos o número de cooperativas certamente cresceu de forma acelerada. No entanto, é necessário separar as iniciativas de cunho popular e solidário das iniciativas que surgiram no bojo do processo de



terceirização de parte da produção e dos serviços das grandes empresas. Nestes casos, os próprios trabalhadores são "estimulados" a sair das empresas para constituir cooperativas que acabam prestando serviços para a própria empresa que os demitiu.

Sem uma preocupação de cunho social e solidário, entre os próprios associados, o cooperativismo pode ser o caminho mais curto para reforçar a precarização das relações de trabalho.

Países como o Chile, a Colômbia e a Itália, já desenvolveram uma ampla experiência no campo da "economia solidária". A idéia é a da constituição de uma economia que se contraponha à lógica do lucro, onde o emprego e a geração de renda estão acima da necessidade de geração do excedente.

Nestas organizações, todos são sócios do negócio e juntos decidem como e no que investir, bem como a forma e o processo de produção. Estas experiências se iniciam com pessoas que conhecem seu trabalho, dominam a produção, mas desconhecem o gerenciamento e a administração da empresa. Necessitando, portanto, de assessoria para que possam existir e prosperar.

O desafio é grande, produzir e tomar as decisões coletivamente pressupõe uma nova cultura dentro do ambiente de trabalho. Esta cultura deve estar assentada em valores como a participação, respeito as decisões do grupo, respeito as diferenças e responsabilidade com o coletivo. Estamos, portanto, falando de geração de renda mas, também, de educação e da geração de uma nova pedagogia do trabalho.



UMA ALTERNATIVA AO DESEMPREGO

São as cooperativas uma alternativa para enfrentar a crise de desemprego e de desagregação que acomete sobretudo as populações de baixa renda?

Estudos recentes têm demonstrado a importância deste tema na nossa realidade. Ressaltamos dois pontos: 1) a inserção no mercado de trabalho, de uma parcela da população que dele foi excluída. Estas pessoas nunca se inseriram no mercado formal de trabalho, o que significa ter os direitos trabalhistas assegurados, como carteira assinada, direito a férias, décimo-terceiro salário, fundo de garantia por tempo de serviço; 2) a possibilidade de trabalho para aqueles que perderam os seus empregos, sendo excluídos do mercado sem possibilidade de inserção a curto prazo, devido a muitos fatores, dentre eles a baixa qualificação profissional.

É nesta perspectiva que a Cooperativa se insere.

As cooperativas tiveram um grande impulso a partir da Constituição de 1988. Este impulso tem origem na pressão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que adotaram a cooperativa como forma de organizar a produção dos assentamentos.

Essa "brecha" na lei, resultou numa avalanche de cooperativas fomentadas por empresas, cujo objetivo maior, era baratear a mão de obra dos trabalhadores sem o tão reclamado "Custo Brasil" na sua folha salarial. Surgiram diversos tipos de cooperativas. De um lado aquelas criadas de "cima para baixo" ocultando na verdade a terceirização da mão-de-obra. Ou seja, a subcontratação de trabalhadores de baixa qualificação profissional que deixam de ter acesso aos direitos trabalhistas. Estes são "*falsos cooperados*" de uma empresa qualquer que intermedeia a relação com os trabalhadores. A carga horária de trabalho varia, nestes casos, entre 10 a 12 horas por dia e nenhum direito.

Estas são as falsas cooperativas.



De outro lado estão as cooperativas que têm um outro caráter: o da organização dos trabalhadores. Estas estão baseadas nos princípios de *democracia, participação, solidariedade, comunidade e trabalho coletivo*. A solidariedade não pode ser confundida com filantropia, com caridade; ela se manifesta entre iguais. Particularmente, em uma cooperativa, ela estimula e transforma qualitativamente as relações de trabalho, propiciando a organização dos seus cooperados(as).

Equipe do Cenpec



PORQUE PARTICIPAR É IMPORTANTE

Pedro Jacobi*

Uma das questões mais desafiadoras dos dias atuais é a de garantir os espaços de participação dos cidadãos. Mas o que significa participação dos cidadãos(ãs)?

Em primeiro lugar trata-se de uma forma das pessoas terem voz ativa na vida da cidade, do bairro e porque não do Estado.

O objetivo é de contribuir para melhorar, por exemplo, desde as condições de vida do bairro, até influenciar e participar das decisões das políticas sociais para a cidade onde se mora.

É importante que o Poder Público busque uma aproximação com a população, ouvindo os problemas, discutindo as soluções, e sem demagogia e falsas promessas responder aos problemas apresentados.

A participação é parte importante da democracia. Sem participação não existe uma verdadeira democracia.

Mas para isto é muito importante que da própria comunidade surjam pessoas que estejam motivadas para uma participação ativa, sem que isto dependa de uma relação de troca de favores e de clientelismo.

Participar significa também, poder ter um contato de forma mais direta entre a população de um bairro e a sua Administração Regional (AR), para que esta leve em conta as reclamações e problemas da população mais diretos. Por isso, a proposta de ter subprefeituras numa cidade como São Paulo, tornaria mais fácil fazer funcionar os canais de participação direta da população; como os conselhos de saúde etc.

Entretanto para que isto aconteça é preciso que haja pessoas motivadas para representar os seus colegas e vizinhos

* Professor associado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, presidente do programa de pós-graduação em Ciência Ambiental nesta mesma universidade e coordenador do projeto "Cidadania e Ação Comunitária" - Cenpec.



da comunidade. Mas também é fundamental que existam canais de contato entre o Poder Público e a população.

Cabe ao Estado criar espaços públicos democráticos, transparentes, onde os moradores de bairros como Horizonte Azul possam participar da tomada de decisões sobre a solução dos problemas que os afligem no seu dia a dia.

Mas para que as pessoas participem é preciso que tenham acesso às informações. A questão não é só de informar os cidadãos(ãs), mas de tornar transparentes e abertos os canais de participação, garantindo um diálogo permanente e uma cooperação entre a população e o Poder Público.



COOPEC: UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO

Joana Coutinho e Roseni Reigota

Muitas experiências de organização comunitária no Brasil deságuam em grupos de geração de renda, ou em grupos preocupados com a melhoria das condições de vida.

As organizações de compras comunitárias, por exemplo, não estão ligadas à geração de renda propriamente dita, mas tem o objetivo de baratear os preços dos produtos para os integrantes do grupo. A formação de grupos de geração de renda, estão neste caso, estritamente ligados à organização da comunidade, sendo fruto desta organização.

A experiência da Cooperativa de Costureiras, - Coopec - demonstra o movimento contrário. A partir de um programa de trabalho e geração de renda, está se dando a organização de um grupo de mulheres no Jardim Horizonte Azul, extremo sul da cidade de São Paulo.

Pode parecer pequeno, ao primeiro olhar. Porém esse processo de formação/educação através de organizações da economia popular ou economia solidária tem apontado novos caminhos para os movimentos populares: que é possível se organizarem, pensar nas relações de forma mais ampla, sem no entanto, menosprezar as questões que afligem uma boa parcela da população.

Isso é possível porque diferente da economia tradicional, que o que determina é o lucro e a relação é extremamente hierárquica, na economia solidária o fator determinante é o "C". "C" de cooperação, coordenação, coletividade, que manifesta-se na cooperação no trabalho, no uso compartilhado de conhecimentos e informações, na criatividade social; na adoção coletiva das decisões, na melhor integração funcional dos seus integrantes.

Mas nem tudo são louros

No cooperativismo não existe uma relação hierárquica entre seus membros. Ao contrário da empresa tradicional,



todos são "proprietários do negócio" e juntos devem decidir o que produzir, a forma como o trabalho será organizado, a sistemática de prestação de contas e assim por diante. Portanto, o processo é absolutamente democrático. Mas, como a nossa cultura política é ainda marcada por uma relação desigual, onde a participação se dá apenas na hora do voto, a participação direta, a tomada de decisões é um longo aprendizado, que demora um tempo para ser assimilada.

A cooperativa de costureiras no Jardim Horizonte Azul é uma experiência de participação popular onde *participar se aprende participando*, com todos os "nós" que isso representa.

Numa cooperativa, com organização horizontal e liberdade no espaço de trabalho, os desentendimentos aparecem de forma mais transparente e também, mais difíceis de serem contornados. A falta de prática de trabalhar em grupo, e para o grupo, se manifesta numa complexa rede de informações informais. Criar canais oficiais e sistemáticos para a manifestação de opiniões; prestar contas das ações; desenvolver atividades que não estejam ligadas à produção, num local diferente do ambiente de trabalho; procurar antecipar os problemas que podem aparecer, frutos deste tipo de comentário; nominar os personagens envolvidos nessas histórias, são algumas das atitudes necessárias para garantir a continuidade e a confiança do grupo.

A partir desta experiência, podemos levantar duas questões para o sucesso da empreitada. A primeira está relacionada às condições de mercado. Para a cooperativa ter sucesso comercial depende da capacidade de estabelecer relações comerciais para além do local; para a venda da sua produção. A segunda, está relacionada a dificuldade de trabalhar em grupo. Estabelecer relação solidária, fraterna, transparente e respeitosa, quando estes valores são negados no cotidiano das pessoas, a começar pela cidade, pelas relações familiares, de vizinhança etc., é o maior desafio.

Não obstante estas dificuldades, o princípio da economia solidária, desencadeia outras ações tão importantes, quanto, para o desenvolvimento social; seja ela o princípio de uma organização comunitária como tem sido o caso desta experiência relatada aqui ou o fruto de uma organização comunitária. A economia solidária, vai além da simples geração de renda, embora tanto em um caso como em outro, a questão da sobrevivência, do emprego e da inclusão sejam os principais motivos de aglutinação.



O fato é que as cooperativas de trabalho ou de produção têm sido apontadas por vários estudiosos, como uma das alternativas mais viáveis para o enfrentamento do desemprego. A reestruturação produtiva, cujo sintoma maior é o impacto de novas tecnologias, principalmente a robótica e a informática elimina milhares de postos de trabalho e provoca: a) terceirização dos trabalhadores mais escolarizados e qualificados; e b) flexibilização das relações de trabalho, atingindo sobretudo os trabalhadores sem qualificação profissional expulsando da relação formal de trabalho um contingente cada vez maior de pessoas.

Assim, a experiência da Cooperativa de Costureiras do Jardim Horizonte Azul é um embrião que pode servir de modelo para outras comunidades e trabalhadores que queiram se organizar desta forma.

Participação e cidadania: princípios fundamentais

Participar... participar... participar.

Participar no entanto, não significa apenas estar presente, tomar parte do que está acontecendo. Participar aqui significa tomar decisões, dar suas opiniões, discutir, debater até a exaustão. Isso não é fácil. Primeiro, porque envolve decisões que podem significar mais ou menos dinheiro no final do mês para ser rateado; segundo, porque democratizar as relações, participar de processos de decisão não significa ausência de conflito. Muito pelo contrário, é aqui, neste espaço onde ele é mais explícito.

Mas deixemos que as protagonistas falem por si mesmas.

O trabalho

"Eu sou costureira, trabalhava sempre só. Para depois voltar a trabalhar com um grupo de pessoas, de mulheres, aí fica difícil. Uma tem uma opinião, outra tem outra. Aí fica meio complicado (...) É muito bom trabalhar no grupo. Inclusive, Joana, eu trabalhando sozinha eu ganhava mais. Só que eu achei muito bonito este trabalho. É um trabalho que a gente trabalha e "adoa" um pouco de você para alguém. Então isso é muito importante, se eu fosse pensar no dinheiro e no que eu ganhava trabalhando sozinha, particular eu não estaria no grupo. O que faz eu ficar no grupo é que é um modo de eu adoar um pouco de mim para as pessoas".

(Neusa)

"O ambiente, o trabalho é diferente. Eu jamais esperaria vir parar numa cooperativa e de fazer parte dessas cooperativadas. Foi muito bom o curso de treinamento de Cooperativismo. Esclareceu o significado, o motivo do trabalho. A gente vem prestando o trabalho da melhor maneira possível. Procurando melhorar e ampliar:(...). Olha, é uma situação diferente, primeiramente eu trabalhava num CJ, era um trabalho remunerado. Hoje através da cooperativa eu venho fazendo um trabalho num sistema mesmo de cooperativa e num ritmo voluntário, praticamente. Não é um trabalho remunerado, a gente tem um rateio, não é uma quantia muito satisfatória, mas a gente vem procurando melhorar a cada dia.(.)

As pessoas, o local de trabalho que é diferente. Faz a gente participar e ficar. Cooperativa é trabalhar em comum acordo, para o benefício de todas. É compartilhar o trabalho. Eu vejo desta maneira".

(Eneide)

"Existe grande diferença de você ser um empregado, ter um salário e hoje você tem que estar lidando com sua própria administração de negócio. É um desafio. Estou gostando muito de fazer este desafio. Eu gosto de costurar e continuo acreditando que tudo vai dar certo que vai mudar, vai ter uma melhoria neste nível de cooperativismo e que possa surgir outras. É isso aí".

(Iracema)

As dificuldades

"De início não sabíamos direito como trabalhar, como comprar, o erro foi nas compras. Estávamos meio cegas no mercado procurando encontrar algo que fosse de boa aceitação. Não tivemos uma formação nisso. Tivemos alguns erros e também as dificuldades, as outras é das próprias cooperativadas que não entendem mesmo o que é cooperativa e o que é estar trabalhando em uma cooperativa. Às vezes, te vêem, como presidente, como uma forma de patrão. Que é você que tem que ver o salário, que é você que tem falhas e não entende. Participam das reuniões, mas não entendem que a falha não é só de uma pessoa, mas do grupo todo. Conhecimento, é um amadurecimento, algumas já estão se conscientizando bem disso, né. Mas até então, a gente vai trabalhando nessas dificuldades que é o conhecimento



e saber diferenciar o que é cooperativa e o que é ser empregado. Essas são as maiores dificuldades”.

(Iracema)

Está claro pelo depoimento das participantes que o processo é lento e árduo. Como dissemos no início nem tudo são louros. Aprender e colocar em prática uma forma diferente de se relacionar e organizar o trabalho, não é uma tarefa fácil. É cheia de contradições e de riscos. Tem que se levar em consideração as dificuldades econômicas que enfrentam no dia-a-dia e abrir mão de um “pouco, mas certo”, por algo à se construir, à se conquistar, é como vencer uma batalha. Mas é óbvio que nesta relação, se não é (ainda) o retorno financeiro, algum ganho essas mulheres têm para se manterem juntas e acreditando nesta possibilidade:

“Tem conhecimento e aprendizado. Até então eu fazia este trabalho de costura em casa, mas não sabia como calcular o preço daquele tecido que eu comprei e como fazer aquele preço. Tinha uma noção por alto. Hoje a gente calcula horas de trabalho. É uma experiência para mim, muito grande. Estou aprendendo a administrar, como comprar, como negociar, aí fora. Isso foi muito bom. Não tivemos grande resultado ainda, mas acredito que possamos ter. (...) Tem a convivência. Aprender a conviver com pessoas diferentes e respeitar o direito de ser do jeito que são, né. Às vezes você acha que todo mundo deve ser igual a você. Isso foi algo muito importante. Você está convivendo com pessoas diferentes e aprendendo a respeitar o direito desta pessoa ser desde que não prejudique ninguém”.

(Iracema)

“(...) eu não gostava muito de trabalhar dentro de casa, você fica prisioneira, a vida toda. Cuida de casa e do serviço ao mesmo tempo; na cooperativa estou me ‘adoando’ um pouco de mim. Muitas pessoas não sabiam costurar, hoje sabem. É muito bonito isso. As meninas falam assim: ‘ó que eu sei, aprendi com vocês. Isso é muito bonito para nós costureiras. É isso que me leva estar na cooperativa’.

(Neuza)

O reconhecimento da capacidade de algumas delas por estarem na função de “professoras”, faz com que sua autoestima melhore, com que sejam valorizadas pelo seu conhe-



cimento. Este reconhecimento, certamente não tinham quando faziam seu "serviço" sozinhas em casa, ou quando estão na produção de uma oficina qualquer. Por enquanto, este é o grande ganho deste grupo. O que não significa, como podem achar aqueles com olhar rápido e pouco precurador, que trabalhar a auto-estima, ter o reconhecimento das outras, seja suficiente para manter o grupo, ou até mesmo a proposta.

Para isso, sabem muito bem a receita. Mas como todas as experiências deste porte, falta:

" (...) divulgar melhor a cooperativa. É conhecida só pelas pessoas na comunidade e algumas poucas cooperativadas que saem apresentando este produto. Ela ainda não teve uma divulgação para estar mostrando o que é a cooperativa, o que ela faz, a qualidade do serviço. Não tem uma etiqueta. Falta isso. Temos que encontrar primeiro algo que temos que trabalhar, só aventais para empresas, aí tem que divulgar nas empresas que usem aventais. Se é de outro tipo de confecção apresentar para as lojas".

(Iracema)



COOPERATIVA: DEMOCRATIZANDO O LOCAL DE TRABALHO

Lúcia Toledo

Com a intenção de criar alternativas de geração de renda e promover a melhoria da qualidade de vida, as cooperativas de trabalho, serviço e produção oferecem às cooperadas a possibilidade de construir um cenário de relações de trabalho privilegiado.

A experiência da Coopec (cooperativa de costureiras do Jardim Horizonte Azul) ilustra e exemplifica em seu cotidiano essa possibilidade.

As integrantes da Coopec têm participado de reuniões periódicas nas quais os princípios do cooperativismo são apreendidos e traduzidos pelas cooperadas. Identificando as dificuldades existentes no processo de formação de uma cooperativa, o grupo tornou essas reuniões em uma prática cotidiana.

A gestão da cooperativa tem sido construída coletivamente, apesar da distribuição das funções e papéis específicos para as cooperadas. Os erros e acertos apresentados servem de referência para essa construção. Em uma empresa capitalista essa realidade não seria vivenciada, onde poucos determinam a forma de gestão e muitos a obedecem.

O critério de adesão dos integrantes à Coopec não foi, único e exclusivamente, possuir experiência em costura, mas sim apresentar a vontade de aprender esse ofício. Integrar a cooperativa, ainda que, sem saber costurar foi permitido.

Esse critério revela o princípio *da solidariedade e da livre adesão* norteador do processo de seleção dos integrantes de uma cooperativa de trabalho, distinguindo dos critérios comuns utilizados em uma empresa capitalista para selecionar seus funcionários.

É importante ressaltar que os integrantes do processo de formação da Coopec vislumbraram que o critério adota-

* Mestranda em Psicologia Social e diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador da Vigilância Sanitária.



do traria para a cooperativa outro desafio – criar uma cooperativa de costura formando, pelo menos parte dos integrantes para o ofício de costura. No entanto esse foi adotado colocando assim em prática o princípio da educação, formação e informação do cooperativismo

As regras e as normas são criadas coletivamente, o que impõe aos integrantes da Coopec um exercício de democracia e solidariedade.

No entanto esse exercício não se apresenta de forma natural, exige dos envolvidos um esforço contínuo. Ao mesmo tempo, exige um processo de aprendizado para desempenhar os novos papéis, que lhe são designados. Papéis esses que antes lhe eram negados.

Discutir, refletir, ponderar, (re) pensar são passos muito importante para tomar uma decisão, construir regras e normas, sobretudo se estas são coletivas. Porém, muitas vezes as reuniões que serviram de palco para discussão e reflexão do grupo foram entendidas como “perda de tempo”. Esse entendimento, aos poucos, foi sendo substituído pela percepção da importância da participação coletiva e de seus benefícios. Os integrantes foram gradativamente percebendo e vivenciando os resultados dessa participação coletiva. Aos integrantes estava sendo aberta a possibilidade de construir coletivamente a realidade no trabalho respeitando as diferenças.

Ao contrário das relações de trabalho estabelecidas em uma empresa capitalista respeitar as diferenças, é uma prática possível no cooperativismo.

A organização do trabalho, forma pela qual os trabalhadores são divididos para obedecer a divisão das tarefas, impõe um ritmo e intensidade de trabalho que não respeitam a diversidade existente entre os trabalhadores e a variabilidade que pode existir de acordo com o momento vivido pelo trabalhador.

Com relação a essas características humanas desprezadas no modelo capitalista de produção, ao cotidiano de trabalho na cooperativa tem sido imposto um desafio: criar acordos e normas que respeitem tais características escapando da criação de relações paternalistas, no lugar das solidárias e democráticas.

Esse desafio tornou-se uma preocupação presente nos pensamentos das cooperadas, mas não impediu que essas tivessem clareza na manifestação de gestos e atitudes soli-



dárias. Cabe aqui elucidar essa afirmação. Em uma reunião, após a comunicação do desligamento de uma das cooperadas, o grupo decidiu que os futuros pagamentos efetuados à Coopec referentes aos trabalhos anteriores seriam rateados com inclusão da integrante egressa da cooperativa. Isso, não só, não seria uma preocupação em uma empresa capitalista como também não ocorreria.

Por outro lado a Coopec se depara com um contexto social que apresenta uma concorrência de mercado muito grande que precisa ser superada para conseguir sobreviver.

O modelo cooperativista de trabalho permite um processo de aprendizado e construção de relações diferenciadas que são (podem ser) extrapoladas para além dos muros da cooperativa.





SOU MAIS MULHER...

Joana Coutinho e Roseni Reigota

A inserção no mercado de trabalho e a participação das mulheres em movimentos populares se intensificam na década de 70.

A inserção no mercado de trabalho se dá por vários fatores, dentre eles, a necessidade das mulheres complementarem a renda familiar, já que os salários reais dos trabalhadores sofre uma deterioração. Outro fator está relacionado a uma elevação das expectativas de consumo acompanhada por uma propaganda massiva na televisão, rádio, jornais, por todos os meios de comunicação.

A participação das mulheres nos movimentos populares se dá principalmente nos movimentos reivindicativos, como melhorias para o bairro onde moram, postos de saúde, escolas etc. Neste primeiro momento, a participação é ainda no espaço doméstico.

Para as mulheres de classe média, trabalhar fora de casa, é ganhar espaço no mundo, antes restrito aos homens; para as mulheres das camadas populares significa fundamentalmente lutar pela sobrevivência, complementar a renda familiar que o homem (provedor) não consegue mais garantir sozinho.

Dito desta forma, parece que a mulher só tem a perder no trabalho fora de casa. É fato que para a mulher, o trabalho fora de casa significa, na maioria das vezes, dupla (ou tripla) jornada de trabalho. Quando trabalha fora, tem que dar conta também do "trabalho doméstico": lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos e, por extensão, do marido.

Poderíamos concluir que, se questionadas, estas mulheres prefeririam não ter que trabalhar "fora". Nada mais falso! Seria verdade se ficássemos só na aparência do discurso, mas nem tudo é dito de forma explícita.

O fato de sair de casa para o trabalho dá às mulheres outra dimensão em suas vidas. O trabalho é visto como o momento de alienação das operárias, mas é também o momento de sua libertação.

É preciso salientar o fato de que a mulher quando deixa o mundo restrito ao espaço doméstico é obrigada a convi-

ver com (em) outros espaços. Este espaço do trabalho é o momento que as mulheres (das camadas populares) se permitem, ou são obrigadas a fazê-lo, desligarem-se dos problemas cotidianos, dos seus afazeres domésticos. É claro que estes momentos podem durar pouco: até a volta para casa com suas rotinas cansativas, os ônibus cheios etc.

Mas também é verdade, usando a expressão de uma das mulheres da Cooperativa do Jardim Horizonte Azul, que participar de um grupo de trabalho fora do espaço domiciliar, propiciou a sua formação como mulher e como pessoa. Mesmo que estejamos falando aqui, de uma relação de trabalho muito diferente da tradicional, mas de uma organização cooperativista, cujo princípio fundamental, é estabelecer e manter relações mais democráticas de trabalho. A entrada no mercado de trabalho tem significado para além do rendimento no final do mês. Ela representa a saída de um espaço doméstico, privado, restrito às mulheres para um espaço que é o da produção, antes restrito aos homens. Assim como a participação no bairro, em movimentos reivindicativos, é o primeiro passo para que as mulheres trabalhadoras, saiam do espaço doméstico e conquistem o espaço público, da política.

A maioria, no entanto, começou a participar deste grupo, não por estas razões (o que faria a alegria de muitos intelectuais), mas por outras muito mais concretas do seu cotidiano. Excluídas do mercado formal do trabalho, algumas, e outras sem nunca ter conseguido serem incluídas, as mulheres do Jardim Horizonte Azul, viram na cooperativa de trabalho: "uma oportunidade"(Maria da Silva). Oportunidade de poder contribuir com a renda familiar, já que seus maridos estão desempregados e vivendo de pequenos bicos, e conciliar os afazeres domésticos:

"(...) trabalho só 4 horas e dá tempo de cuidar da casa, não gasto com comida nem com condução. Trabalhava antes numa confecção de roupas para cavalos. Ganhava livre, trezentos reais, mas faliu. E só conseguia alguns trabalhos sem ser "fichado". Depois fiquei só cuidando da casa".

(Liduína)

O depoimento de Liduína demonstra também, por outro lado, a consciência das perdas, por não estar num emprego "fichado":

(...)Participei desde o início das reuniões, pensava em ar-



rumar um emprego. Aqui é bom, eu gosto. Mas se você tem um emprego fixo, tem mais vantagens; tem um convênio médico, oferece mais vantagens. Eu acho difícil ter emprego fixo”.

A importância do trabalho na vida das mulheres, que são a fonte principal de renda na casa, ou seja, chefes de famílias, quando da ausência dos homens, é ainda mais valorizada por elas e pela família. Maria Ferreira, 47 anos, separada, deixa isso claro no seu depoimento. Além da sua participação na cooperativa, faz também tapioca¹ que vende pelas ruas do bairro:

“Os filhos gostam. Perguntam: – Cadê tua mãe? Respondem : – Foi trabalhar”.

Mas também como podemos observar, a Cooperativa propiciou à essas mulheres, mudanças mais profundas nas suas vidas, em relação ao trabalho. Conquistaram uma profissão, não são mais “prezadas domésticas”, ou simplesmente “domésticas”.

São costureiras.

Isso é muito importante dado o valor que o trabalho tem na sociedade:

“É bom porque aprendi a costurar, fazer camisetas, moletons”.

(Maria Ferreira)

“Aprendi uma profissão, sou mais overloquista”.

(Clarice)

“Aprendi uma profissão que eu gosto mais”.

(Ana de Jesus)

“Aprendi muitas coisas que não sabia. É bom para aprender a costurar”.

(Maria Silva)

“Aprendi costurar, ‘silkar’”.

(Ivanete)

¹ A tapioca, também conhecida por beiju, é feita com leite de coco, coco e açúcar, além, é claro, da própria tapioca.



A profissão as qualifica, mesmo de forma precária, para uma melhor competição no mercado formal de trabalho. Uma delas recebeu uma oferta de trabalho numa oficina especializada, com salário fixo, vale transporte e registro em carteira profissional. Computado o tempo que gastaria para chegar até lá (lembrem-se que o Jardim Horizonte Azul está aproximadamente 40 km distante do centro da cidade, com um serviço de transporte coletivo muito precário) e os laços que a ligam à cooperativa, optou por não aceitar. Este, é um ganho não mensurável porque mexe com questões subjetivas dessas mulheres. Poderíamos arriscar a dizer que neste processo essas mulheres foram construindo suas identidades como grupo, como trabalhadoras e como mulheres. Não é fácil, agora serem simplesmente operárias.

“A cooperativa representa uma família, a gente convive muito tempo juntas. Nós somos todas donas. Não tem quem manda: — faça isso ou faça aquilo. Mudou minha rotina, antes eu ficava longe de casa quando trabalhava fora, agora não. Participo. As reuniões, acho 10. Aprendo coisas novas. Aprendi a respeitar as opiniões das pessoas, conviver com o grupo. Se um dia, eu participar de outro grupo eu vou poder colocar mais as minhas idéias porque aprendi aqui”.

(Ivanete)

“Aprendi a resolver problemas. As reuniões fora do espaço de trabalho ajudam a sair da rotina. Você se arruma para sair. É um ambiente diferente. Antes eu ficava em casa o dia inteiro. De manhã fazia os afazeres domésticos, a tarde ficava sem ter o que fazer. Agora tenho que acordar cedo, cuidar da casa e 1 hora tem que ir para a cooperativa, cumprir o meu horário. E isso é maravilhoso! Eu fiz amizade e tenho para onde ir.

Você trabalhando fixo tem salário. Aqui a gente vai da sorte, a gente que administra. Numa empresa não se aprende nada. Vantagens mesmo ainda vai ter. A desvantagem é que se você trabalha fixo, você entra com trezentos (reais) e vai ter estes trezentos. Aqui não. Um mês entra 100 (reais); no outro não entra nada. Mas mesmo assim vale a pena”.

(Clarice)

“Nas reuniões, a gente sabe o que está acontecendo: se está crescendo, se não está. Aqui é uma comunidade, um grupo. Somos umas cooperadas, todas são iguais. A gente pode fa-

lar. Se tiver certo todo mundo fala; se tiver errado todo mundo fala”.

(*Maria Ferreira*)

“É uma boa experiência, porque se aprende a respeitar e conhecer outras pessoas. O jeito de pensar, de trabalhar de agir. A cooperativa é uma oportunidade de ter um emprego, um trabalho. As reuniões são ótimas. As “oficinas” de trabalho com a psicóloga ajudou muito a organizar as coisas.

As cooperadas me ensinaram bastante coisas. Eu era muito ignorante e estou melhorando aos poucos”.

(*Ana Barbosa*)

Muitos trabalhos comunitários desenvolvidos por instituições e pesquisadores que não fazem parte da referida comunidade, pecam quando expõem ou sistematizam as experiências.

Acabam colocando as expectativas, ou pontos de vistas dos seus técnicos, em relação àquela comunidade, ao invés de ouvir e respeitar o seu próprio ponto (ou pontos) de vista (s). Esta não é uma tarefa fácil! Tentamos neste trabalho com as mulheres intercalar o que vimos com suas perspectivas futuras. Para fazermos jus ao que foi dito acima, terminamos com duas falas:

“Apesar de ter 24 anos, ter que educar três crianças, cuidar da casa e do marido, é uma forma de ter mais responsabilidade ainda, trabalhando na cooperativa”.

(*Clarice*)

“Sou mais mulher. Porque a gente convivendo com outras pessoas, umas mais turronas, outras menos, a gente vai aprendendo mais. Em poucos meses aprendi a ter mais responsabilidade, a fazer economia. Mudei. Meu marido me disse que eu vivo sonhando. Mas antes viver de sonho do que de ilusões”.

(*Ana de Jesus*)





Com o "Projeto Cidadania e Ação Comunitária", o Cenpec começou a desenvolver em uma comunidade na periferia de São Paulo, um conjunto de ações. O intuito era de garantir autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade para o exercício da cidadania. A assessoria para que um grupo de mulheres constituísse a Coopec- Cooperativa de Costureiras no Jardim Horizonte Azul, foi o primeiro passo. Esta publicação retrata o trabalho desenvolvido e vai além, refletindo sobre a questão do desemprego e alternativas para o enfrentamento do problema.

